

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
------------------	----

Capítulo 1

ASPECTOS GERAIS DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA COMPREENSÃO DAS QUESTÕES SOBRE COMPETÊNCIA.....	25
---	-----------

1.1. A preservação da empresa como um dos escopos da recuperação judicial.....	25
1.1.1. A evolução do Direito da empresa em crise no Brasil	27
1.1.2. Principais aspectos procedimentais da recuperação judicial.....	34
1.2. A natureza coletiva e estrutural do processo de recuperação judicial: fomento de um ambiente cooperativo e gestão complexa de múltiplos interesses	40
1.3. A recuperação judicial como espécie de processo concursal	48
1.4. A atribuição de competências no processo de recuperação judicial conforme a LREF.....	53
1.4.1. Noções gerais sobre jurisdição e competência	53
1.4.2. O juízo competente para o processamento do pedido de recuperação judicial.....	57
1.4.3. Diferenciando os conceitos de <i>unidade, indivisibilidade e universalidade</i> na recuperação judicial e na falência....	61
1.5. A cognição simultânea dos órgãos julgadores durante o processamento da recuperação judicial	65
1.6. A concepção jurisprudencial de uma universalidade para o juízo da recuperação judicial.....	67
1.6.1. A insuficiência do princípio da preservação da empresa como fundamento para a universalidade do juízo recuperacional	72

1.7. A competência implícita do juízo da recuperação judicial para gerir o patrimônio social do devedor	74
1.8. Uma proposta possível: a universalidade do juízo recuperacional a partir da influência do estado de crise nas soluções jurídicas aplicáveis	77
1.9. À guisa de reflexão: as dificuldades inerentes à universalização do juízo recuperacional	80

Capítulo 2

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL: CONCEITO, FUNDAMENTOS NORMATIVOS E POTENCIALIDADES DAS INTERAÇÕES ENTRE OS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS	85
2.1. Cooperação judiciária: voluntariedade, engajamento, informalidade e humanização.....	85
2.2. A implementação de um sistema nacional de cooperação judiciária pelo CPC de 2015	89
2.2.1. Fundamentos normativos da cooperação judiciária nacional.....	91
2.2.1.1. Princípio da cooperação.....	91
2.2.1.2. Princípio da eficiência processual.....	92
2.2.1.3. A compreensão funcional das formalidades do processo	93
2.2.1.4. A compreensão contemporânea da garantia do juiz natural, informada pelo princípio da eficiência	97
2.2.1.5. A possibilidade de flexibilização da cognição judicial	101
2.2.2. Principais características do sistema nacional de cooperação judiciária conforme o CPC e a Resolução nº. 350/2020 do CNJ.....	105
2.2.3. O objeto do ato concertado: modificação, combinação e repartição de competências jurisdicionais.....	113
2.2.4. Cooperação judiciária para fins de consulta	116
2.2.5. A impugnação do ato cooperado e das decisões proferidas a partir de sua celebração	119
2.2.6. O conteúdo dogmático do dever de cooperação	121
2.2.7. A afinidade da cooperação judiciária com o ambiente estrutural da recuperação judicial	124

Capítulo 3

REPENSANDO A UNIVERSALIDADE DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL A PARTIR DO SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA: A FORMAÇÃO DE ESTRUTURAS COMBINATÓRIAS DE COMPETÊNCIAS.....	129
3.1. A universalidade do juízo recuperacional informada pela visão cooperativa de processo: mais articulação e diálogo, menos condicionamento e imposição	129
3.2. A formação de estruturas combinatórias de competência mediante cooperação judiciária	132
3.2.1. A positivação de um dever específico de cooperação no contexto recuperacional: recente inclusão dos §§ 7º-A e 7º-B no art. 6º da LREF	132
3.2.2. Parâmetros para definição da melhor cognição: visão universal do juízo da recuperação judicial <i>versus</i> visão parcial do juízo individual	140
3.2.3. Outros arranjos jurisdicionais cooperativos para inclusão do juízo recuperacional em mais processos decisórios	146
3.2.3.1. Decisões sobre o cabimento de atos de constrição sobre bens do devedor	147
3.2.3.2. Decisões envolvendo relações jurídicas essenciais para a preservação da empresa	150
3.2.3.3. Cooperação para exercício da função de consulta pelo juízo recuperacional.....	154
3.2.3.4. Hipóteses-tipo de utilização da cooperação para questões operacionais	157
3.2.3.4.1. Desbloqueio de bens constritos para pagamento de dívidas concursais, transferência de recursos do devedor ao juízo da recuperação judicial e extinção das execuções	158
3.2.3.4.2. Definição da natureza do crédito (concurso ou extraconcurso), considerando a data do ajuizamento do pedido e o fato gerador da obrigação.....	161

3.2.3.4.3. Coordenação das fases de liquidação e habilitação dos créditos trabalhistas.....	162
3.2.4. O exercício coordenado de competências no combate à proliferação de conflitos de competência	164
3.3. À guisa de conclusão: a necessária superação dos entraves de ordem burocrática e cultural para o adequado desenvolvimento das práticas cooperativas.....	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS	177